

6 Considerações Finais

Este trabalho partiu de um questionamento acerca do imaginário em torno da região no âmbito dos estudos das relações internacionais e, mais especificamente, sobre a relação disso no que concerne ao Maghreb em qualidade de construto regional. O que moveu essa busca, em primeiro lugar, foi o incômodo em torno da capacidade aparentemente inerente ao conceito de região de acumular indivíduos, contextos e territórios no cerne de representações totalizadoras, hierarquizantes e, tão logo, estereotipadas. Exemplos nos termos dessa problemática puderam ser encontrados, tendo em vista o contexto do Maghreb, nos discursos em torno da ameaça representada no terrorismo, bem como suas capilarizações através de discursos de securitização em torno de outras questões, como migração e desenvolvimento econômico. Assim, o objetivo central da pesquisa foi buscar fazer paralelos entre as representações sobre o Maghreb nessa literatura produzida em Relações Internacionais e as representações presentes no pensamento crítico de intelectuais que se dedicaram a pensar a pós-colonialidade nesse (e a partir desse) lócus. A metodologia que guiou tanto o esforço de pesquisa como a forma de apresentação do argumento se fundamentou, em larga medida, na justaposição de narrativas. O intuito por trás de um estudo nesses termos pode ser resumido como uma busca por revelar a multiplicidade de “mundos imaginados” que se condensam no referencial Maghreb e a partir dele. Tão logo feito isso – mesmo dentro das limitações com as quais se deparou esta pesquisa – descortinaram-se possibilidades de desestabilização de representações que, de alguma forma, adquiriram o status de “regimes de verdade” sobre o “Maghreb” no âmbito do pensamento internacional contemporâneo.

Inicialmente foram examinadas obras nas quais a região aparece como topologia relacionada ou, como se evidenciou com mais vigor, subordinada às metáforas espaciais do internacional e do global. Apesar das diferenças evidenciadas mesmo internamente a cada uma das topologias da região sistematizadas ali – a ver, o que se chamou de topologias do conhecimento, expressas nos debates sobre níveis de análise e Estudos de Área, e de topologias temáticas, centradas nos estudos de Segurança e Economia Política Internacional

–, foi possível identificar algumas interseções que possibilitaram visualizar nuances do imaginário sobre a região em Relações Internacionais. A ver, a concepção da região como algo que possui uma ontologia própria ao se fundar como uma escala entre o global/sistêmico e o local/nacional/doméstico. E, ao mesmo tempo, a percepção de que a região é enquadrada como algo que se galga em analogia à espacialidade do estado nacional moderno, ou de forma dependente às dinâmicas dessa espacialização (“analogia do doméstico”, nos termos de R. B. J. Walker). Tal concepção contribui em alguma medida para que a região seja tomada como um espaço emoldurado, homogêneo e, de certa forma, fixo. Da mesma forma, constatou-se que tal imaginário colabora para que determinadas questões, que perpassam pelo entendimento em torno do construto região, sejam deixadas de lado em favor de categorias de análise tidas como atreladas e constituidoras do internacional/global. A ver, padrões de cooperação e conflito, macroprocessos de integração econômica, instituições com referencial na geopolítica do regional, dentre outras. Em outras palavras, a região aparece como um artifício – seja do analista ou mesmo de elites políticas – de forma a capturar espaços e indivíduos através de um dado referencial analítico, temático ou contextual. Os termos dessa “artificialidade” não são, contudo, livres de críticas realizadas por dentro desse próprio imaginário – como evidenciado ao longo do capítulo centrado na discussão.

Nesse primeiro momento revelou-se também a violência por trás do conceito região e, principalmente, do ato de delimitar regiões. Esse foi, em larga medida, o tema do capítulo dedicado a avançar o que se pretendeu aqui como uma perspectiva outra acerca da região. Tal perspectiva se fundamentou tanto em uma discussão em torno do caráter político do espaço, como em torno da centralidade que práticas de representação assumem no âmbito da política internacional.

É importante ponderar que, ainda que a discussão sobre a problemática do regional tenha tido lugar principalmente no âmbito da Geografia e que tal campo do conhecimento seja em larga medida o responsável por estabelecer os termos com que a esfera do espacial é acessada no âmbito das ciências sociais, a leitura (ou releitura) avançada sobre o conceito de região não deve ser entendida como uma estratégia com o intuito de contrapor visões disciplinares. Tendo em vista a porosidade ou mesmo a virtualidade das fronteiras entre os diferentes campos de conhecimento, a abordagem avançada não pode ser localizada senão nas franjas

dos diferentes regimes de verdade que permeiam essas disciplinas. Dessa forma, a perspectiva fundamentada na noção da região como artefato e na emergência, sobreposição e hierarquização dos mundos a partir daí “imaginados” encontra raízes em críticas desenvolvidas mesmo no âmbito do pensamento contemporâneo acerca do internacional/global. O que se fez aqui, em alguma medida, foi escavar os termos dessas críticas e relacioná-las tendo em vista o contexto do objeto de estudo em questão.

Salientou-se, então, que a esfera de captura e violência inerente ao conceito de região é ela mesma o ponto de partida para os termos da crítica à região. Na qualidade de profecia autorrealizável, de fato, o conceito de região pode ser mais facilmente desconstruído do que passível de defesa. Contudo, como ignorar a região enquanto construto que permeia, desde muitos, a imaginação em torno do espaço em diferentes sentidos? Nesse sentido, optou-se por fazer uma leitura não do conceito em sua qualidade de instrumento (adequado ou não) para analisar uma dada realidade, mas como algo que produz e é produzido por diferentes realidades. Logo, a região está sempre nos entremeios do real e do imaginado, do “fato” e da “arte” – nesse sentido, uma expressão do vivido – e, tão logo, se configura como na imbricação do real-e-imaginado.

Tendo em vista o referencial da pós-colonialidade, diferentes estratégias de captura, mas também de resistência foram evidenciadas ao longo do debate sobre modernidade, relações internacionais e, nos termos desse trabalho, os espaços da região. A noção de translocalidade salientou a característica dinâmica da produção e performance de identidades e espaços, e tão logo, da região, nos interstícios do que se chamou de Modernidade Colonial Global – o que ajudou também a evidenciar o caráter não perene ou fixo desse tipo de construto. Longe de galgar uma verdade outra para o conceito de região, buscou-se, por outro lado, revelar os termos com que se dá a captura através de seu uso, bem como a resistência – não livre de ambivalências – a essa “captura”.

Nesse sentido, as perspectivas de Laroui e Al-Jabri em torno da unidade (e unidade na diversidade) do Maghreb se revelaram enquanto estratégias próprias de “captura” ou mesmo busca de inserção no âmbito de dinâmicas não muito diferentes das que se propuseram a criticar. Contudo, diferentemente do sugerido por alguns críticos em relação à performatividade da resistência e da crítica a partir da pós-colonialidade, acredita-se que esforços como os de Laroui e Al-Jabri,

ainda que produzam suas próprias margens, ajudam a evidenciar, ao menos nos termos a partir dos quais se desenvolveu esse estudo, a pluralidade de sentidos que circundam o imaginário em torno da região. Dessa forma, conceber a região ela mesma como produto e produtora de discursos e estratégias é o que torna possível evidenciar perspectivas que vão de encontro ao entendimento da região como referencial perene e facilmente identificável ou aplicável a espaços e conjuntos de indivíduos. Há, então, uma soma de fatores, reais-e-imaginados que conformam a região.

Lançadas essas bases, um segundo âmbito da pesquisa se descortinou a partir do mapeamento de representações acerca do Maghreb em literaturas voltadas para problemáticas do internacional/global, bem como na escrita de resistência maghrebina na qual se encaixam as obras de Laroui e Al-Jabri. No primeiro caso foram observadas intertextualidades entre as representações do Maghreb em três contextos distintos, a ver, o da dominação colonial francesa, o da resistência e busca por inserção através de projetos políticos de cunho regionalista e o das iniciativas galgadas em um referencial regional outro liderado pela Europa – mais precisamente a Europa da União Europeia. As formações discursivas e representações em torno do Maghreb sobre as quais se lançou alguma luz nessa etapa tem origem em diferentes lócus de enunciação e vem à tona também a partir de diferentes estratégias e no âmbito de diferentes contextos – o que não impede, contudo, que essas representações sejam redefinidas e se sobreponham no âmbito de diferentes discursos. Dentro dos próprios termos em que são evidenciados, as práticas discursivas em torno do Maghreb no âmbito desses contextos – e de parte das obras que procuraram analisa-los – estão galgadas na perspectiva de que o Maghreb constitui um todo perceptível e capturável.

Os termos dessa captura são iluminados através das diferentes representações que tornam possível a concepção do Maghreb como um todo, a ver, categorizações que denotam hierarquias espaciais implícitas. Em outros termos, a “marca” do estereótipo. A caracterização do Maghreb como região dominável; como região onde o nacional é uma impossibilidade e, ao mesmo tempo um entrave a integração regional “genuína”; ou mesmo como o parceiro cuja inferioridade obstrui os termos da parceria, ou como lócus de insegurança na qualidade de berço de fundamentalismos, terrorismo, subdesenvolvimento e um número cada vez mais ameaçador de indivíduos cujo sonho está em transgredir as

fronteiras bem demarcadas da Europa, o “Norte”. O Maghreb é, então, representado como algo facilmente “capturável” e localizável enquanto espaço que se homogeneíza através de problemáticas pré-definidas, e que evidencia um suposto atraso geral da região em detrimento da Europa – esse mesmo um construto regional em seus próprios termos. E, dessa forma, traz-se para a luz alguns dos termos a partir dos quais se evidenciou certo retorno do regional no contexto dos anos 1990s e, posteriormente, e de forma mais evidente, a partir de 2001.

No que tange ao momento em que as obras de Laroui e Al-Jabri foram convertidas em um substrato de fontes primárias para análise, como esperado, diferentes facetas em torno do construto regional Maghreb vieram à tona. Sem retomar aqui cada um dos sentidos conferidos à região do Maghreb no âmbito dos diferentes textos e mesmo dos projetos filosóficos avançados por esses intelectuais, é interessante demarcar, contudo, como o Maghreb é emoldurado a partir de sua heterogeneidade e mesmo difícil “captura”. Entretanto, como também foi demarcado, isso não significa que as diferentes abordagens desses autores tragam em si os termos de alguma “captura” e totalização. Da mesma forma, as metáforas espaciais do internacional e do global estão implícitas, ora de maneira sinônima à salientada no imaginário que apareceu como predominante nas Relações Internacionais, ora em termos mais específicos – e o exemplo que logo vem à tona é o da modernidade enquanto *hadātha*, ou seja, enquanto algo “estrangeiro” ao contexto árabe-islâmico e importado sem grandes adaptações.

No âmbito das obras de Laroui e Al-Jabri, até onde se pode avistar, o Maghreb aparece como um artefato por si só e, portanto, é reconhecido a partir das multiescalaridades – ainda na busca por um termo melhor – e pluralidades que permeiam o Maghreb enquanto entidade geoistórica dinâmica e, portanto, de difícil “captura”. Tendo em vista o destaque da dimensão vivida – em Laroui através da recuperação de uma história já performada, mas não contada, e em Al-Jabri a partir do embate político que elevou a filosofia averroísta ao encontro da “racionalidade” que, por seu turno, precisa ser redescoberta pelo pensamento árabe – e, por que não, imaginada, as representações em torno do Maghreb que emergem das obras desses autores configuram uma região diferente e, por vezes, contraposta às imagens extraídas das práticas discursivas salientadas no momento anterior. Mesmo quando retratado a partir de seu “atraso cultural” – termo comum

em Laroui – a região do Maghreb aparece como o próprio horizonte pelo qual emergirá os prospectos de emancipação e autonomia.

Assim, no contexto das representações sobre a região que são emanadas a partir do imaginário que parece prevalecer no âmbito das relações internacionais, as representações do Maghreb reveladas nas abordagens de Al-Jabri e Laroui se apresentam como a narrativa que se justapõe ao regime de verdade identificado. De forma semelhante, partindo dos termos em que se dão os estudos em Relações Internacionais, no caso examinado aqui, em relação ao Maghreb, as obras de Laroui e Al-Jabri podem ser consideradas como “saberes subjugados”. Contudo, é preciso ponderar, se o que se tem em mente é o contexto da crítica intelectual pós-colonial maghrebina, Laroui e Al-Jabri são considerados “monumentos” formativos desse pensamento – e, tão logo, estão no centro do debate.

As perspectivas desses intelectuais, por outro lado, não são concebidas aqui como verdades obscurecidas, mas evidenciam nuances acerca da região do Maghreb cujas complexidades vão de encontro ao “regime de verdade” estabelecido em torno dessa região no âmbito salientado. Isso no sentido, como já explicitado, de que o Maghreb aparece como o lócus a partir do qual se dará, guardados os termos de cada autor, a emancipação. Nos termos de Al-Jabri, por exemplo, essa emancipação se dará através da superação de filosofias fundamentalistas – incluindo as que servem de base para o radicalismo religioso. Ao passo que, em contrapartida, determinadas abordagens cujo lócus principal de enunciação reside nas Relações Internacionais aceitam sem grandes problematizações a representação do Maghreb como berço de radicalismos, fundamentalismos religiosos, terrorismo e da instabilidade. Disso depreende-se, então, que tais imaginários – e outros ainda por serem escavados, se justapostos, revelam a multiplicidade de “mundos imaginados” que permeiam o construto regional Maghreb.

Dessa forma, esses diferentes enfoques revelam não apenas que as dinâmicas que entrecruzam o que se entende por internacional, global ou mesmo regional podem ser interpretadas de diferentes formas. Tais enfoques também tem o potencial de demonstrar, parafraseando Jennifer Milliken, como o mundo tem sido e é interpretado – bem como avaliado e ordenado – de diferentes formas e em ritmo constante por diferentes indivíduos e grupos de indivíduos, como parte de suas práticas e existências cotidianas no mundo.

Contudo, qual o motivo por trás do uso recorrente – ou mesmo da impossibilidade de fugir – desses construtos regionais imbricados em uma torrente de ambiguidades como Oriente, Ocidente, Mundo Islâmico, Mundo Árabe, dentre outros? Nos termos a partir dos quais se desenvolveu esse trabalho, pode-se tentativamente responder que os regimes de verdade que culminam na suposta homogeneidade, naturalidade e, por que não, neutralidade desses termos são reflexo direto das relações desiguais de poder entre diversos lócus de enunciação. E isso se reflete também na torrente de imagens que transcorrem a mente quase de forma automática logo que esses referenciais são trazidos à tona. A título de exemplo, é mais recorrente em abordagens voltadas para o estudo das relações internacionais que o referencial “Mundo Árabe” remeta a uma entidade coesa, atrelada à cartografia de mapas geopolíticos, e composta por certo número de Estados – homogeneizados através dos mesmos termos que o dito “Mundo Árabe” –, do que ao projeto político (não livre de suas próprias ambiguidades e marginalizações) em torno da *umma*.

Por fim, dado o caráter inegavelmente amplo do recorte a partir do qual se desenvolveu a pesquisa e as próprias limitações em torno do objeto de estudo é preciso chamar atenção para caráter insipiente desse trabalho em alguns sentidos. De maneira geral, as limitações evidenciadas durante o processo de pesquisa se deram principalmente no que tange a fontes disponíveis, sejam elas primárias ou secundárias. E ainda, é preciso mencionar, as diferenças epistemológicas que se revelaram como intransponíveis até então em certos aspectos no âmbito das obras de Laroui e Al-Jabri.

Um exemplo da mencionada insipiência reside na percepção de que existem intertextualidades – imagina-se, importantes – entre o Maghreb colonial e o Maghreb tal qual acessado por determinadas abordagens e em determinados discursos no âmbito da política internacional. Contudo, os termos em que se dão essas intertextualidades não foram contemplados a fundo aqui e, portanto, precisarão ser motivo de uma revisita aos termos desta pesquisa futuramente. Da mesma forma, tendo salientado em alguns momentos as diferentes dinâmicas com que se deram as colonizações e, posteriormente, os processos de descolonização e formação dos então estados Marrocos, Argélia e Tunísia, é preciso ponderar o “alcance” da análise aqui iniciada em torno das esferas de performatividade da pós-colonialidade no Maghreb. Isso porque ambos Laroui e Al-Jabri, ainda que

tomem o Maghreb como lócus de enunciação no âmbito das obras acessadas, são eles “frutos” de uma conjuntura colonial e, tão logo, das dinâmicas de resistência e adaptação específicas que tiveram lugar no que hoje se conhece por Marrocos. Nesse sentido, de certa forma, ambos falam também desse lócus e o Maghreb tal qual apresentado em suas obras pode ir diretamente de encontro ao Maghreb de autores cujo lócus de enunciação se encontra na experiência argelina e tunisiana, por exemplo. Ou ainda, apesar de salientado em diferentes passagens do texto que há uma gama de questões no âmbito do entrecruzamento de referenciais regionais como Oriente Médio, Mundo Árabe, África do Norte e África com o construto Maghreb, tais questões não foram devidamente acessadas.

À guisa de conclusão, mas não de fechamento definitivo para as questões colocadas aqui, pode-se afirmar que o que pareceu ficar marcado ao longo desse estudo é a concepção do Maghreb não como (apenas) um espaço físico percebido. Tampouco é apenas uma forma pura e estável pronta para ser acessada pelo analista – embora também possa ser isso, dada a face “artificial” presente no ato de “regionalizar”. O Maghreb e a região de maneira geral são construtos, artefatos. O que se sugere aqui, então, é um olhar sobre o Maghreb também nos termos de Réda Bensmaïa, ou seja, enquanto imaginado e experimental. É uma “configuração transcendental”, uma “linguagem criada” (Bensmaïa, 2003:8), que conjuga o real-e-imaginado sobre um ser e um querer ser nos sentidos aqui explorados e em outros ainda por serem escavados.